



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

**Intervenção do Ministro da Educação, Ciência e Inovação,
Fernando Alexandre, no Debate de Atualidade, requerido pelo
PCP, sobre o início do ano letivo do ensino básico e secundário**

Assembleia da República

Lisboa, 19 de setembro de 2024

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Milhares de pessoas trabalharam ao longo dos últimos meses para garantir que o novo ano letivo se iniciava com normalidade. Nos serviços do Ministério, nas Escolas – Diretores, Professores, Pessoal não Docente – nas Autarquias.

Todos trabalhámos a pensar nos Alunos e nas suas famílias. A Educação continua a ser a grande esperança do País e das Famílias. Não podemos defraudar as suas expectativas.

Nas últimas cinco décadas, Portugal registou progressos muito relevantes na Educação. No entanto, apesar dos progressos registados, o nosso sistema educativo continua a enfrentar graves falhas que colocam em causa a igualdade de oportunidades no acesso a uma Educação de qualidade.



A mais grave falha do nosso sistema educativo, e que é inaceitável em 2024, é o elevado número de alunos sem aulas por períodos muito prolongados. Esta situação, que se repete ano após ano, põe em causa o sucesso escolar e põe em causa o investimento das famílias e a esperança que depositam na Educação.

A razão pela qual este grave problema do nosso sistema educativo persiste há tantos anos deve-se ao facto de aqueles que mais são afetados por esta grave falha não terem voz. **Sim, não terem voz!**

As escolas com maior número de alunos sem aulas são as escolas dos contextos socioeconómicos mais desfavorecidos. E são precisamente estes os que mais precisam da Escola pública.

Quando a escola pública falha às famílias que mais dela precisam e que não têm outra alternativa, a escola pública falha em toda a linha na sua missão.

O Governo está empenhado em mobilizar a sociedade portuguesa para ultrapassar este grave problema, que diz respeito a todos. **Incluindo todos os que se encontram neste hemiciclo:** a nós Governo e aos senhores deputados. Temos todos a obrigação de contribuir para erradicar este problema.

O Governo elegeu como uma das suas prioridades para a legislatura pôr fim a esta grave falha do nosso sistema educativo.

Aprovámos já 17 medidas que visam disponibilizar às direções das escolas que mais são afetadas pela falta de professores um conjunto de instrumentos de gestão e de recrutamento de novos docentes.

Na semana passada foi aprovado em Conselho de Ministros um **concurso extraordinário**, direcionado para as escolas com maior número de alunos sem aulas. Com esse concurso, que é lançado hoje, os professores poderão candidatar-se a partir de hoje. Com esse concurso, desenhado em moldes inovadores, pretendemos atrair docentes para um grupo de escolas que têm tido dificuldade em garantir o normal funcionamento das aulas.

As 2309 vagas deste novo concurso, que permitirão a vinculação de docentes, que durante muitos anos exerceram a profissão em condições de precariedade, associadas a um subsídio de deslocação com o valor máximo de 450 euros para os docentes que residem a mais de 300 quilómetros, visa contribuir para a resolução do problema de alunos sem aulas.

Sabemos que estas **17, DEZASSETE, medidas podem não ser suficientes** para resolver o grave problema da falta de professores. E, por isso, tomaremos as medidas que forem necessárias para erradicar este flagelo.



Com esse objetivo estamos a rever as condições de profissionalização e a criar incentivos como a atribuição de bolsas para os cursos de Educação. Iremos também, em diálogo com as Instituições de Ensino Superior, criar incentivos para o aumento da oferta de cursos na área da Educação.

MAIS IMPORTANTE, porque sem isso não conseguiremos motivar os nossos docentes e não conseguiremos atrair novos docentes: anunciámos o início das negociações para a revisão do Estatuto da Carreira Docente no próximo dia 21 de outubro.

Durante demasiados anos, os professores não tiveram a valorização que merecem. O valor que damos aos professores é uma medida do valor que damos ao Futuro do nosso País. O compromisso deste Governo com a valorização da profissão de Professor é mais uma prova que este Governo acredita no futuro de Portugal.

O Governo está também comprometido com a valorização do pessoal não docente, que está sob a tutela das autarquias. Assim, em articulação com os municípios, iremos também rever o enquadramento do pessoal não docente, essencial ao bom funcionamento das escolas e aos resultados do processo educativo.

De facto, como já comunicámos à Associação Nacional de Municípios Portugueses, pretendemos avaliar o processo de descentralização na área da Educação. Apoiamos o processo de descentralização na área



da educação, mas, cinco anos depois, este processo tem de ser avaliado e, em várias dimensões, melhorado.

Mas não chega garantir o acesso à Educação a todos. É necessário garantir o acesso a uma Educação de qualidade. E para isso precisamos de melhorar a aprendizagem, que nas avaliações internacionais caiu acentuadamente nos últimos anos. Temos de elevar as expectativas e de dar às escolas as condições para responderem às necessidades dos seus alunos.

Não há melhorias sem monitorização. Por isso, aprovámos já e apresentámos um novo modelo de avaliação externa. Um modelo que nos permitirá acompanhar a evolução das aprendizagens dos alunos e que permitirá às escolas e ao Governo definir estratégias para melhorar essas aprendizagens. Um modelo que será respeitado e valorizado pelas comunidades educativas, ao contrário do sistema anterior.

Apresentámos também um conjunto de medidas de melhoria das aprendizagens, que reforçarão os recursos das escolas.

O nosso sistema educativo, depois de um longo ciclo de contração, entrou num novo ciclo de expansão. Temos mais alunos, precisamos de mais salas e de mais professores.

Não posso concluir sem uma palavra para os portugueses, em particular para a comunidade educativa, que foi flagelada pelos

violentos incêndios dos últimos dias. Muitas escolas foram fechadas e dezenas de milhares de alunos viram o início das aulas adiado. Graças à Proteção Civil, corpos de bombeiros e forças de segurança, foi garantida a segurança de todos.

Quero também deixar uma palavra para a toda a comunidade educativa da Escola Básica da Azambuja, que viveu esta semana um episódio traumático. Todos os alunos atingidos estão a recuperar bem.

Estou certo de que com o trabalho da direção, dos professores e do pessoal não docente, bem como da autarquia, poderemos em breve retomar o normal funcionamento das aulas. Daremos todo o apoio necessário para que isso aconteça rapidamente.

Obrigado.